

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 20170023400729995

Cuida-se de requerimento formulado por xxxx no sentido que esta Municipalidade forneça “cópia digitalizada (em pdf pesquisável) ou xerográfica de todos os pareceres emitidos desde 01/01/1998 a 01/07/2017 pelos procuradores da PFM em "matéria tributária".

Insta salientar, desde logo, que o requerente não apresentou qualquer procuração que o habilite a representar, seja em seara judicial, seja em sede administrativa, qualquer devedor.

Desse modo, não se sabe qual o vínculo do requerente com a matéria e com as pessoas dos devedores. E nem tampouco requereu um parecer no qual figure o requerente como devedor.

E isso não é uma questão de somenos importância. Em absoluto não. Mas ao revés. Ora, como se cuidam de créditos tributários, têm-se que esses se relacionam, direta ou indiretamente e a depender de cada situação tratada no parecer, à vida privada e à intimidade de terceiros.

Imagina-se, por mera ilação, que seja divulgado pelas redes sociais que tal ou qual pessoa possui débito tributário e que está ou estava sendo executado judicialmente. As repercussões na esfera privada poderão ser grandes.

E não só, com as cópias dos pareceres, têm-se os números das CDA's ou até mesmo às cópias das CDA's, de modo que se terá acesso a número de CPF, CNPJ, endereço residencial, dentre outros dados.

E mais, como se tratam, em grande medida, de pareceres atrelados a execuções judiciais, é comum nesses processos a quebra do sigilo fiscal com o fornecimento de cópias da declaração do imposto de renda, ou, ainda, outras informações sobre restrição de bens (penhora de contas e ativos financeiros, penhora do imóvel, penhora de automóvel, etc.).

Por outro lado e além do afirmado acima, denota-se que o requerimento traz em si, caso atendido, uma sobrecarga de trabalho descomunal, na medida em que será preciso destacar um corpo de funcionários desta Procuradoria da Fazenda para analisar, fazer a triagem, separar, consolidar, digitalizar ou tirar cópias de milhares de pareceres que, em sua grande maioria, encontram-se arquivados em caixa, trabalho esse que prejudicará sobremaneira e substancialmente as atividades deste órgão.

Essa é, inclusive, a inteligência da Resolução do Tribunal de Contas de Pernambuco: “§ 4º Não serão atendidos os pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações. (AC) (Acrescentado pela Resolução TC nº 10/2012)”.



Nesse diapasão e com espeque na Lei Municipal n.º 17.866/2013 e no artigo 5º, inciso X, da Carta Magna de 1988, é medida de rigor o indeferimento do requerimento.

À apreciação superior.



Gustavo Machado
Procurador da Fazenda do Município do Recife
Procuradoria Geral do Município do Recife

Segue resposta elaborada pelo Procurador Gustavo Machado, com a qual concordo.

Obrigado,

Gustavo Barbosa
Procuradoria da Fazenda Municipal